



Resolução

Três anos de política de direita neoliberal selvagem cujo único objectivo visível é o enriquecimento desmedido das grandes famílias financeiras, a perseguição aos direitos laborais, a desregulamentação e desvalorização do trabalho num verdadeiro ajuste de contas com o 25 de Abril de 1974 e a criação de limitações profundas à Democracia, aos Direitos, Liberdades e Garantias, política assente nos sucessivos programas de estabilidade e crescimento, na assinatura do chamado Programa de Assistência Económica e Financeira, entre a Troika nacional (PS/PSD/CDS) e a Troika internacional (CE/BCE/FMI), muito justamente chamado Pacto de Agressão, começam a ser divulgados os primeiros dados macroeconómicos de 2013, referentes à evolução do PIB, do Comércio Externo, do Emprego, do Desemprego, da Dívida Pública e do Défice Orçamental tornando possível a comparação dos resultados, com o que foi prometido em 2011 aos Portugueses aquando da assinatura do referido memorando de entendimento.

Dos objectivos demagogicamente apresentados, resta hoje o desmascaramento dessas políticas e dos objectivos propagandeados, o qual se deve, em primeiro lugar, à luta dos trabalhadores e das populações, da capacidade de direcção de luta do movimento sindical e das forças sociais e da oposição, nomeadamente na desmontagem (previsível e confirmada) dos resultados dessa política e, especialmente, de resultados de propostas e alternativas apresentadas e nunca desmentidas.

Hoje, passados cerca de 3 anos, é visível que só há uma solução: uma nova política e um novo governo, que assuma o esclarecimento e origem das dívidas, o seu escalonamento e a renegociação de juros e prazos.

Com efeito, item a item, a situação agravou-se a uma dimensão incalculável.

O nível da dívida pública ao atingir 129% (com uma acumulação de 61 pp entre 2007 e 2013) tornou-se insustentável. Os juros da dívida que em 2013 foram superiores aos encargos com o Serviço Nacional de Saúde, demonstram a dimensão do saque organizado a que estamos a ser sujeitos. Renegociar a dívida, nos seus prazos, juros e montantes, torna-se, neste contexto, um imperativo nacional.

A queda do investimento (prevista de 15,7%) salta para uns brutais 35,2%, tal como a queda do emprego, prevista em 1,9%, salta para mais de 10% (5 vezes superior ao previsto) levando a que, nestes 3 anos, tenham sido destruídos mais 464.700 empregos, sendo mais de 100.000 na Administração Pública, um quarto dos quais na Administração Local.

Quando da assinatura do enganosamente chamado programa de ajustamento (na verdade pacto de agressão) a dívida da Administração Pública que em 2010 era de 94% do PIB, passaria para uns sinistros (e a este ritmo impagáveis) 129% do PIB, levando o nosso país a dever hoje, mais 51,1 mil milhões de euros do que devia em final de 2010. Situação agravada se tivermos em conta as receitas extraordinárias provenientes da transferência dos fundos de pensões do sector bancário, (+ 6 mil milhões de euros) das receitas provenientes do regime excepcional de regularização tributária (+ 258 milhões de euros), da receita extraordinária associada à venda de direitos de utilização de licenças de 4ª geração de redes móveis (+292 milhões de euros), da receita da concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil (+ mil e 200 milhões), da receita proveniente do fundo de pensões da PT (+476 milhões de euros), da receita proveniente do fundo de pensões do BPN e do IFAP (+145 milhões) e do recente perdão fiscal (+1279 milhões de euros).

Entretanto, ao longo destes 3 anos, assistimos ao esbanjamento de milhões de euros em juros exorbitantes, impostos pelos chamados credores (grupos económicos nacionais e estrangeiros) com a participação, apoio e ajuda do FMI e Banco Central Europeu e das políticas europeias, da responsabilidade da Comissão Europeia.

Esbanjamento de dinheiros públicos em ajudas, apoios e mordomias ao sector financeiro e bancário, na corrupção, com especial destaque dos milhões do BPN (banco constituído por antigos e actuais políticos, com passado governativo) a destruição e esbanjamento de sectores públicos imprescindíveis em áreas como comunicações, energia, transportes e vias de comunicação, ao mesmo tempo que se preparam para mais um assalto ao poder local, com a privatização da recolha e tratamento de resíduos, ao mesmo tempo que cercam os municípios de dívidas fictícias desenhadas com o objectivo de privatizar a água.

O elevado desemprego diminuiu consideravelmente a capacidade produtiva do país, levou à emigração forçada, e os sucessivos cortes levaram ao empobrecimento generalizado dos trabalhadores e dos aposentados e à redução das funções sociais do Estado, num momento em que os portugueses mais dele precisam.

Na Administração Pública e especialmente na Administração Local, ao longo destes 3 anos, além de enfrentarmos a liquidação de 25.000 postos de trabalho (um quarto da Administração Pública), um assalto desmedido aos salários (retratado na redução de custos com salários reais, superior a 23,8%), a redução de condições de assistência médica, de aposentação, ao assalto à educação, sucessivos aumentos da idade da reforma, da criação de impostos específicos (mesmo quando escondidos), aumento de descontos para a Segurança Social e um verdadeiro assalto aos direitos laborais: horário de trabalho, vínculos, carreiras profissionais e salários. Numa senha governativa desregulamentadora que só encontrará paralelo no período negro do fascismo, ao mesmo tempo que coloca sistematicamente em causa a Lei fundamental do país e os fundamentos de um Estado de Direito.

Estas políticas de destruição de direitos, atropelamento da democracia, privatização de tudo o que é público e pode ser rentável, assenta no apoio da Comissão Europeia e exige aos trabalhadores, aos democratas e a todos os que se empenham na defesa e na promoção de condições de vida, neste momento em que o governo português e a própria troika, entram numa fase de verdadeira demagogia pré-eleitoral, tendo como objectivo as eleições para o parlamento europeu, um combate cerrado, a desmontagem dos seus objectivos e um apelo claro aos portugueses e principalmente aos trabalhadores da Administração Local, para que participem, nomeadamente no acto eleitoral, exijam outras políticas e votem para derrotar as troikas, votando naqueles que apresentam propostas sérias e as defendem abnegadamente.

Este ataque visou igualmente a autonomia e o papel do Poder Local Democrático, com o seu progressivo estrangulamento em meios, numa política tendente a subtrair da esfera da gestão municipal serviços, desde sempre, muito apetecíveis para os grandes grupos económicos, mas que constituem um direito de todos, como a água, o saneamento e os resíduos.

Igualmente os seus trabalhadores, num quadro mais vasto de ataque ao trabalho em funções públicas, viram o Governo desenvolver um ataque sem precedentes contra os seus direitos e o poder de compra, congelando as carreiras, eliminando retribuições suplementares, cortando subsídios, aumentando as contribuições sociais, os escalões do IRS, aplicar uma sobre taxa extraordinária e não totalmente satisfeito, reduzir os próprios salários.

Impondo-lhes mais recentemente um aumento de 5 horas semanais gratuitas na jornada de trabalho, contou com a sua rejeição, contestação, resistência e luta, pois decorridos mais de 6 meses da entrada em vigor da Lei 68/2013, em dois terços das Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e Entidades Intermunicipais ainda se trabalha apenas 35

horas por semana. Ainda nesta última segunda e terça-feira, centenas de trabalhadores de autarquias do Norte do País se concentraram frente ao Ministério das Finanças exigindo ao Secretário de Estado da Administração Pública que cumpra a Lei, respeitando a autonomia do Poder Local nesta matéria e publique os ACEEP – Acordos Colectivos de Entidade Empregadora Pública que, livremente o STAL assinou com as respectivas autarquias e que consagram em definitivo o horário das 35 horas.

O Secretário de Estado, já condenado em acção interposta pelo STAL no Tribunal Administrativo de Lisboa, tem utilizado várias manobras ilegais para protelar a publicação de cerca de três centenas de Acordos já celebrados, procurando congelar o processo de contratação colectiva no sector.

Na Administração Local, os trabalhadores e o seu sindicato (STAL) vão continuar a luta pela defesa das 35 horas com horários de trabalho fixos e regulados, combatendo a adaptabilidade e o banco de horas, exigindo a publicação dos ACEEP já assinados entre o sindicato e as entidades públicas da Administração Local, defendendo um direito constitucional de contratação colectiva e a autonomia do Poder Local, lutando pelo fim dos roubos de direitos laborais, económicos e sociais, o vínculo e o emprego público no desempenho de funções públicas, o aumento dos salários no sector e do salário mínimo nacional.

Os trabalhadores da Administração Local e o seu sindicato, o STAL, assumem como objectivos de luta e acção reivindicativa:

1. A fixação, em todos os locais de trabalho, do horário de trabalho em 35 horas semanais e 7 diárias como direito inalienável, imprescindível e irrenunciável;
2. A actualização salarial em 2014 de um mínimo de 40 euros, em toda a Tabela Salarial, assim como a actualização do Salário Mínimo Nacional (Remuneração Mínima Mensal Garantida na Administração Pública), dando desta forma um impulso imprescindível no combate à pobreza e ao agravamento das condições de vida;
3. O regresso do vínculo público de nomeação no desempenho de funções públicas, a valorização do trabalho, dos trabalhadores e do emprego e o alargamento dos mapas de pessoal, pondo fim à precariedade e a formas “escondidas” de trabalho escravo, nomeadamente através da colocação de trabalhadores inscritos nos Centros de Emprego, ao abrigo de Contratos de Emprego e Inserção, CEI e CEI+;

Desta forma, o STAL irá promover uma ampla discussão nos locais de trabalho, assumindo estas reivindicações como prioritárias e mobilizadoras da vontade e convergência da luta dos trabalhadores que, no actual quadro, correspondem a questões mínimas que cruzam todos sectores da Administração Local, e exigem uma alteração efectiva nas chamadas políticas de austeridade cujo único objectivo é o ataque aos trabalhadores e aos seus direitos laborais em favor das grandes fortunas que à nossa custa vêm a sua riqueza aumentar.

Reivindicações que assumem ainda a luta e a exigência do respeito pela contratação colectiva, pelas carreiras profissionais, a valorização das horas extraordinárias, o combate pela criação de emprego, o direito à reforma digna respeitando justamente uma carreira contributiva exercida ao longo de uma vida de trabalho.

A Direcção Nacional do STAL, apela ainda aos trabalhadores da Administração Local a uma grande participação reivindicativa e combativa, nas comemorações do 40º aniversário do 25 de Abril e nas manifestações do 1º de Maio e **convoca uma grande manifestação nacional de protesto, para o próximo dia 9 de Maio, com deslocação ao 1º Ministro, em defesa:**

- **Das 35 horas da efectivação do direito à contratação colectiva no sector da Administração Local;**
- **O fim da privatização dos serviços públicos de resíduos (EGF);**
- **O respeito pelo Poder Local, sector imprescindível do Portugal democrático;**
- **O fim do ataque ao emprego público e à desregulação do trabalho;**
- **Dos salários e dos direitos laborais, económicos e sociais.**
- **Por uma mudança de política! Convocação de eleições antecipadas;**
- **Por uma política alternativa de esquerda e soberana!**

Lisboa, 16 de Abril de 2014

A Direcção Nacional do STAL